

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2014:** *Aos dezanove dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dra. Inês Dias Lamego.** =====*

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== *Não estiveram presentes na reunião os Vereadores **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, por se encontrar ausente do país em representação do município e o **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**, por motivos profissionais, tendo sido substituído pela Vereadora **Dra. Inês Dias Lamego.*** =====

===== *Antes de dar início ao período de antes da ordem do dia o Senhor Presidente **Dr. Hermínio Loureiro** fez a seguinte intervenção: Permitam-me que faça uma saudação muito especial à Senhora Vereadora **Inês Lamego**, que participa pela primeira vez numa reunião do executivo municipal, por suspensão do Senhor Vereador **Manuel Alberto Pereira**. Seja bem-vinda. Pedia também que distribuíssem estes documentos, que são as conclusões do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, que reunião na última terça-feira, relativamente ao acordo dos municípios com o governo, uma série de questões que os municípios decidiram apresentar no caderno de encargos ao governo. Alguns dos assuntos têm a ver com o Fundo de Apoio Municipal, mas depois também com a Lei dos Compromissos, a questão do IVA da iluminação pública. Só para os vereadores terem conhecimento.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora **Dra. Gracinda Leal** que disse: Muito bom dia a todos os presentes e também uma saudação à nova colega. Queria começar por ler um manifesto que me entregaram para ser lido aqui nesta reunião e eu passava então a fazer essa leitura “Manifesto Público de Mara Filipa:*

Os signatários portadores deste manifesto entregaram à Exma. Senhora Dra. Gracinda, responsável pelo Gabinete da Cultura da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, para que em reunião camarária apresente a todos os órgãos deliberativos desta edilidade que a sensibilidade demonstrada na cedência das instalações do Cine-Teatro Caracas, para que no passado dia 10 de Maio, se concretizasse o espetáculo de solidariedade a favor de Mara Filipa, foi a atitude impulsionadora de uma nova qualidade de vida, para um ser humano indefeso. Hoje, a Mara Filipa, para além da cadeira de rodas, já tem o aparelho que a mantém de pé e os acessórios da casa de banho para a sua higiene pessoal, razões pelas quais este manifesto deverá tornar-se público em reunião camarária.”Passaria também a referir alguns eventos e alguns acontecimentos, quer na área social, quer na área cultural, que merecem a minha nota positiva. Começaria por salientar a realização no passado dia 06 e 07 de junho de um Seminário Internacional da LOC em S. Roque, que reuniu pessoas de Portugal, Espanha, Alemanha e Bélgica e o tema do seminário “Crescimento Inteligente Sustentável Inclusivo na Estratégia Europa 2020” e que permitiu um espaço de debate, de reflexão, para também adquirir conhecimentos sobre a situação na Europa e nomeadamente também em Portugal e no nosso município, sobre a situação do emprego e das condições sociais das pessoas. Portanto, foi a primeira vez que se realizou na Diocese do Porto e aqui numa das freguesias do nosso município. Também aqui uma referência positiva a toda a colaboração dada pela Junta de Freguesia de S. Roque à realização deste seminário internacional. Também queria fazer uma referência ao dia 07 de junho, foi mais uma vez realizado o espetáculo Emoções, um espetáculo organizado pela nossa Cerciaz e que coloca em palco os talentos artísticos destas pessoas e não só, porque há uma partilha também das associações, quer do nosso municípios, quer de outros concelhos, que vêm também abrilhantar esta noite dedicada em exclusivo às questões da deficiência e da diferença. Aqui um louvor especial a todos os órgãos diretivos da Cerciaz, mas também ao corpo técnico e auxiliar que muito faz para que este espetáculo seja uma realidade. Nesse mesmo dia houve também a abertura de uma exposição na Galeria Tomás Costa, desta vez de um jovem Oliveirense, Pedro Ferreira. O tema, a forma e a tipologia da exposição é a primeira vez que é acolhida na Galeria Tomás Costa, não é de pintura, nem é de escultura, mas é aquilo a que se chama agora vídeo-instalações artísticas. Quem visitar a Galeria poderá observar uma exposição totalmente diferente das demais, intitulada “Portugal dos Pequenos aos Quadrados”, onde temos cinco vídeo-instalações artísticas, duas delas dedicadas a dois ofícios muito típicos da nossa comunidade, relacionado com a arte de sapateiro e a arte do vidreiro, portanto, uma exposição também a ver. Dizer também que o Pedro Ferreira, um jovem Oliveirense de 26 anos, já é Mestre em Multimédia Artes e Cultura pela Universidade do Porto e que também já tem sido chamado para expor a sua arte, brevemente irá ao Canadá. Queria referir também, no dia 10 de junho, no Cine-Teatro Caracas, a realização de um excelente concerto pela Banda Musical de Loureiro sobre a temática da liberdade, o dia 25 de abril, este dia das Comunidades Portuguesas também foi de uma forma interessante marcada no nosso município. No dia 11 de junho foi também realizada, em Cesar, uma ação de sensibilização

sobre os sítios arqueológicos, como já tinha sido anunciado, ao qual a população aderiu com bastante significância. No dia 13 de junho, queria referir o espetáculo dos Rotários no Cine-Teatro Caracas “Trinta Cadeiras, Trinta IPSS”, que foi resultado de uma candidatura do Clube Rotário de Oliveira de Azeméis à Fundação Nacional e que foi possível atribuir a cada IPSS uma cadeira de rodas. No dia 14 tivemos a apresentação de um livro na Biblioteca Municipal, livro de uma oliveirense jovem de 22 anos, Verónica Sousa, que apresentou o seu primeiro trabalho intitulado “Na Sombra do teu Tempo Voei”. É interessante, porque esta jovem é aluna da Faculdade das Belas Artes de Lisboa, mas a sua arte está também vocacionada para a palavra, para escrita e ela alia as duas artes de que gosta tanto, o desenho e a escrita e esperamos que ela venha também a ser uma referência no mundo artístico aqui no nosso município e por toda a sua vida. Queria também referir que hoje comemora-se o 5.º aniversário da abertura do Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis. Há cinco anos estávamos quase a abrir portas e este ano decidimos cinco dias de festa, portanto, estas comemorações já se iniciaram no dia 16 de junho, sendo hoje também o ponto alto, ficam todos convidados, penso que já receberam o convite, hoje às 16h45m iremos ter o momento dos parabéns, mas também destacando aqui alguns utilizadores que pela sua frequência se salientam ou que se salientaram ao longo deste ano 2013/2014. Queria só referir que até 13 de junho de 2014, passaram pelo Centro Lúdico cento e dezanove mil cento e cinquenta e oito pessoas no total e também de trinta e sete mil quinhentos e sete participantes nas diversas atividades do Centro Lúdico. Fazer também uma referência ao 27.º aniversário da Obra Social de S. Martinho da Gândara e desejar que esta instituição continue com o seu excelente trabalho ao nível social. Também informar que finalmente o Balcão da Segurança Social já abriu em Cesar conforme tínhamos vindo a referir, já está aberto ao público. É tudo. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Duas coisas muito rápidas. A primeira prendia-se exatamente com estes primeiros objetivos e condições que é o capital do FUM. Efetivamente ia-lhe perguntar o que é que Oliveira de Azeméis pensa, o que é que a Área Metropolitana pensa. Saber qual é o impacto nas nossas finanças, mesmo admitindo este panorama mais simpático e se calhar até porque verifica-se que há, em termos de princípios, autarquias que são pura e simplesmente contra isto. É no fundo a solidariedade entre municípios, é certo, embora perceba que quem tentou gerir sem dívida agora se vê onerado, com possibilidade de recuperar o dinheiro concertza. Saber qual o impacto disto nas nossas finanças e realmente esta posição de força que a Área Metropolitana possa eventualmente tomar sobre isto. A segunda questão, não é propriamente uma questão, é um alerta, já passaram aqui alguns meses desde que nós aprovamos aqui uma isenção de taxas para um construtor ao abrigo da reabilitação urbana e eu costumo dizer que pior que decidir mal é decidir de forma desigual. Na altura fizemos o compromisso de nos empenharmos num regulamento de taxas de forma a que as situações sejam definidas e claras para todos. Queria alertar dessa importância, de forma a evitar que haja pessoas que sejam tratadas de forma diferente, porque acho que isso nunca deverá acontecer. Era esse o alerta da necessidade desse regulamento. É só. O Senhor

Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que disse: Bom dia a todos. Começando aqui por esta dica da Dra. Ana de Jesus, dizer que estamos a elaborar esse regulamento de taxas, principalmente para estas situações em que queremos incentivar para a reabilitação urbana, mas não só, para corrigirmos algumas situações com que nos temos defrontado. Brevemente virá aqui uma proposta de alteração do regulamento. Eu queria aproveitar também este momento para destacar um evento no qual tive a oportunidade de participar na qualidade de representante da Câmara Municipal, vi também a Dra. Ana de Jesus presente, que foi no passado dia 07 de junho a comemoração do 87.º aniversário de elevação a Vila da freguesia de Cucujães. Foi um evento criado pela Junta de Freguesia de Cucujães, um evento inédito, em parceria com a Sociedade Filarmónica de Cucujães e as Associações e Coletividades locais. Foi engrandecido também com o I Encontro de Bandas de Música, que foi coordenado neste caso pela Sociedade Filarmónica de Cucujães, mas que também esteve associada a Banda de Música do Pinheiro da Bemposta. A comemoração de uma Vila que se tem destacado pela sua história, pela sua vocação religiosa, pelo seu dinamismo associativo, pelo desenvolvimento cultural e industrial e, portanto, uma cerimónia mais do que justa, com o cuidado de comemorar um dos momentos altos desta freguesia que foi o reconhecimento já em 1927 da sua prosperidade e do seu desenvolvimento na região. Portanto, foi um momento importante, com uma comemoração que pelos vistos vai ter sequência e que do ponto de vista da Câmara Municipal também e não só porque também sou Cucujanense, revela esse reconhecimento, dessa distinção da Vila de Cucujães no contexto regional. Também tive a oportunidade de no final desse dia e não fazendo parte da comemoração dessa cerimónia, mas também foi um momento alto em Cucujães, foi a realização do Sarau de Patinagem Artística organizado pelo Clube Desportivo de Cucujães, a que se associaram doze clubes aqui mais da região norte e centro. Este sarau demonstrou não só a adesão que esta modalidade tem conseguido, já tem mais de quarenta atletas, mas também o gosto da população por esta modalidade, o pavilhão estava completamente cheio e a qualidade com que é praticada esta modalidade neste clube, que já possui um Campeão Nacional e um Vice-Campeão Europeu. Portanto, também aqui merecia esse destaque, aliás o Senhor Presidente da Direção fez questão de reivindicar uma receção ou um reconhecimento deste título a este clube pela Câmara Municipal e também já tive a oportunidade de falar com o Senhor Presidente. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge Ferreira que disse: Bom dia a todos. Saudar também naturalmente a presença da Dra. Inês Lamego e desejar que esta experiência, embora momentânea, de participação no Executivo seja gratificante, para mim já é muito gratificante ver gente jovem disponível para servir a causa pública, disponível para fazer serviço público e isso é extremamente importante. Eu começaria também, em primeiro lugar, por me associar a este voto de congratulação apresentado pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, sobre as comemorações do 87.º aniversário da Vila de Cucujães. Efetivamente a iniciativa deste encontro de bandas de música foi uma iniciativa extremamente interessante, eu lembro-me que foi uma proposta pelos Vereadores do Partido Socialista em sede do Executivo,

lembro-me bem de nos terem dito que era difícil senão quase impossível de juntar todas as bandas e realizar um evento desta natureza. Está aqui a prova de que quando nos empenhamos as coisas realmente acontecem, as coisas sucedem e aquilo que eventualmente constitui divergências entre as pessoas acabam por ser ultrapassadas e sanadas. É importante fazer esse registo, inteiramente de acordo, mas depois é importante traduzirmos esse registo em efetividade. E quero com isto dizer que a freguesia de Cucujães, é realmente uma freguesia grande no panorama das freguesias do nosso concelho e, portanto, muito daquilo que é o nosso investimento público tem de ser orientado necessariamente para essa freguesia. E, portanto, aquilo que eu acho que é importante é que nós olhemos para a freguesia de Cucujães com olhos de ver e que invistamos naquilo que são os projetos da Junta de Freguesia. O Senhor Vereador Ricardo Tavares tem conhecimento de alguns desses projetos e que por parte da autarquia exista o devido acolhimento e o devido apoio para que esses projetos possam ser efetivamente consumados. Uma outra questão que eu gostaria de aqui falar e esta é mais dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, tem a ver aqui com esta reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre o Fundo de Apoio Municipal. Estamos a falar de um processo negocial, como é óbvio, é uma proposta que difere da proposta do Governo mas de certeza absoluta que se encontrará aqui um termo que permita satisfazer ambas as partes. Em relação ao conjunto de conclusões eu gostaria de saber quais são as opiniões do Senhor Presidente de Câmara, porque há aqui um conjunto de aspetos que me parecem que são importantes, embora isto não seja mais do que uma mera informação, mas também aquilo que eu pretendo Senhor Presidente é saber qual é a sua opinião sobre isto. Há aqui algumas questões que me parecem esquisitas, nomeadamente a clarificação dos consumos permanentes cujo valor mensal não é possível determinar, seja efetuado à medida que é efetuado o consumo. Eu discordo em absoluto disto, eu acho que nós devemos afetar os recursos permanentes naquilo que tem sido a média dos consumos que a autarquia tem nas diferentes necessidades e não devemos obviamente fazê-lo à medida que vamos consumindo, porque não é assim que se faz gestão previsional, portanto, é um ponto em que eu discordo profundamente. Há aqui um outro aspeto que eu acho absolutamente estranho que é “os sistemas informáticos permitam a inscrição das receitas consignadas para efeito de apuramento de fundos disponíveis”, os sistemas informáticos todos permitem fazer isso, porque nós há muitos anos que trabalhamos nas autarquias com centros de custos e, portanto, isto é uma coisa que é absolutamente básica. Depois há aqui um outro aspeto que eu acho relevante, não parece que faça muito sentido, mas isto é uma opinião estritamente pessoal como é óbvio, “a fixação de um limite máximo para despesas com pessoal”. Ora bem, as autarquias não querem que haja reduções anuais do número de trabalhadores e restrições à contratação, mas a Associação Nacional de Municípios propõe que se fixe um limite máximo para despesas com pessoal. Eu acho que não se devem fixar limites máximos com as despesas de pessoal, aquilo que se deve fixar aos municípios são os objetivos em termos de défice assim como obviamente se deve fazer a mesma coisa em relação a um país, nós não vamos reduzir o número de funcionários públicos do país porque

precisamos de um número de funcionários públicos que precisam de dar respostas públicas com qualidade. Precisamos de limitar aquilo que são as dívidas que contraímos ou as dívidas que contraídas tem possibilidade de ser pagas e, portanto, sob este ponto de vista também não me parece que este ponto seja particularmente feliz. Outra coisa que eu acho que aqui é relevante é a orientação para a não privatização da água para consumo urbano. Aqui estou inteiramente de acordo, parece-me essencial que nós percebamos de uma vez por todas que coisas são absolutamente estratégicas, e a gestão da água é absolutamente estratégica, e que não devem passar para a esfera do privado e aqui esta decisão do Conselho Geral merece o meu completo aplauso e apoio. Há aqui um conjunto de intenções que são altamente meritórias, toda a gente as percebe e tem a ver com as taxas mínimas do IVA que nós pretendemos para as refeições escolares, transportes escolares e para a iluminação pública. O problema é que estas coisas têm um impacto brutal em termos de Orçamento Geral do Estado e não me parece que aqui seja muito fácil, mas enfim é um processo negocial e espero que chegue a um porto, porque obviamente esta redução para as autarquias seria um excelente encaixe, digamos, dos fundos disponíveis e isso seria ótimo que as autarquias não fossem obrigadas a pagar a taxa de IVA que pagam. Senhor Presidente, aqui um conjunto de observações, uma delas tem a ver com as questões do trânsito, já percebi que se anda a intervir naquelas obras, pelo menos quando vinha para cá vi um desvio e, portanto, percebi que esse desvio foi motivado pelo facto de estarmos a intervir em obras que foram requalificadas há uns meses atrás e que apresentam já um elevado estado de degradação. Eu continuo a fazer o mesmo pedido que já venho a fazer há algum tempo, é importante que o Executivo conheça o levantamento que foi feito e conheça as obras para as quais vamos acionar as garantias para que elas sejam intervencionadas agora no período de verão e possamos conferir a essas vias condições de transitabilidade e segurança, não só para os automobilistas mas também para os peões. Uma outra questão, que eu acho importante, tem a ver com a sinalética do trânsito no concelho que está absolutamente caótica. Nós estamos a negociar delegações de competências nestas áreas, nas áreas da sinalização, mas existem no nosso concelho, não é preciso citar exemplos, o Dr. Ricardo Tavares se calhar vai-me pedir e eu falo já aí nuns cento e cinquenta em Cucujães, ou duzentos, porque passo por eles todos os dias, mas nós temos sinais de trânsito completamente imperceptíveis, que não cumprem a Lei; temos sinais de trânsito que impedem a circulação das pessoas nos passeios; sinais de trânsito que estão ocultos por vegetação; sinais de trânsito que estão vandalizados e, portanto, aquilo que se exigia que fosse feito muito rapidamente e aliás nós estamos a fazer algum trabalho de levantamento destas situações com as Juntas de Freguesia, era que esse trabalho fosse feito rapidamente de forma profunda para que não coloquemos em risco a segurança das pessoas e a segurança dos bens. Agora um conjunto de questões muito breves relacionadas com o ordenamento do território, com licenciamentos, com legalizações. O muro em Bustelo, continuo sem perceber se o terreno ocupado é ou não público, eu julgo que é tempo demais para uma resposta que tem que ser necessariamente simples e célere de forma a impedir a construção caso esta fosse ilegal. Portanto, se nós permitimos que a construção fosse concluída é porque

eventualmente ela foi autorizada, mas para nós o que é importante é percebermos se o terreno onde foi erguido aquele muro é um terreno público, se é um terreno privado. Se é um terreno privado fica o registo que nós não acautelamos as necessidades que podemos ter a prazo de alargar aquela via, de criar passeios, de criar condições para que aquela via tenha atravessamento pedonal. Eu gostaria de saber qual é a faixa de proteção que nós previmos para aquela via, a faixa de rotação ao eixo da via, porque seria extremamente interessante para percebermos se aquele muro foi construído em terreno privado ou em terreno público. Uma denúncia anónima que eu recebi sobre uma construção em Fajões, penso que o Senhor Presidente da Câmara também recebeu, porque a carta que eu recebi traz uma cópia para o Senhor Presidente de Câmara, suponho que a carta que o Senhor Presidente de Câmara recebeu terá uma cópia que foi enviada para mim. Bom, é uma denúncia anónima, eu normalmente não dou muita importância às denúncias anónimas, mas neste caso como a denúncia anónima concretiza exatamente o local eu acho que é nossa obrigação verificar se esta denúncia tem algum fundamento, pelo que os serviços devem dirigir-se ao local e avaliar a respetiva veracidade. Uma outra questão que é muito semelhante a estas que eu tenho acabado de referir, tem a ver com o muro que foi feito junto à mini-hídrica em Ossela. É um muro que supostamente está feito em domínio público, pelo menos foi essa a informação que julgo ter sido dada pelos serviços, é um muro com todos os predicados, tem caixa do correio, tem portões, tem resistência suficiente para ser considerada uma estrutura fixa, uma estrutura rígida. Julgo que a Vereadora Dra. Gracinda Leal sabe do que estou a falar, em Ossela junto à mini-hídrica, e objetivamente aquilo que nós temos que fazer, sendo o caminho público, é fazer cumprir a Lei porque basta olharmos estas fotografias para perceber o completo exagero, o completo abuso que aqui está evidenciado por parte deste proprietário. Obviamente que eu deixo aqui esta ressalva importante se estivermos a falar de um caminho público, se for um caminho privado ele tem todo o direito de o fazer, isto de acordo com os regulamentos que existem. O que é um facto é que os serviços, pelo que eu sei, já informaram que o caminho é público e o caminho sendo público obviamente que devemos tomar medidas porque não faz sentido rigorosamente nenhum. Senhor Presidente, eu gostaria de lhe perguntar o ponto de situação, porque acho que faz algum sentido fazer esta observação, em relação aos acórdãos de execução com as Juntas de Freguesia, que para mim pelo menos é uma questão da máxima importância. E, Senhor Presidente, nós gostaríamos de tentar perceber se existe algum timing, alguma data prevista para a sua concretização. Obviamente que eu sei, como é óbvio, que as Juntas de Freguesia ainda não deram essa resposta ou pelo menos algumas Juntas de Freguesia não deram essa resposta, mas Senhor Presidente temos de dar um ultimato às Juntas de Freguesia, temos que estabelecer um calendário porque senão estas coisas vão andar aqui eternamente e não é isso que nós pretendemos. Mas mais uma vez eu quero dizer que fará sentido e nós desconhecendo o processo temos todo o direito de fazer esta observação, se fará sentido nós debruçarmo-nos sobre os critérios que temos que definir para que quando esse trabalho for apresentado pelas Juntas de Freguesia, nós saibamos dizer qual é o valor que oferecemos por metro quadrado de

conservação de espaços verdes, quanto é que oferecemos por metro para a limpeza de vias e de espaços públicos. Enfim, temos aqui um conjunto de respostas e não começamos a trabalhar depois de termos essas respostas, porque quanto mais depressa nós tivermos todos estes processos claramente definidos, quanto mais rico for o debate, de certeza que melhor vai ser a solução que vamos encontrar para esta efetiva transferência de competência. Volto também aqui com um assunto recorrente, o ATL do Outeiro, que coloquei na última reunião. Eu não sabia que o Vereador Isidro Figueiredo não estava, o que limita de certa forma a resposta que eu pretendia obter, mas eu coloquei na última reunião esta questão e fui esclarecido de que havia por parte da Junta de Freguesia indisponibilidade para a continuação do ATL, quando perguntei qual o motivo para essa indisponibilidade fiquei sem resposta e, portanto, volto aqui a formular o pedido, no sentido de perceber quais os motivos, quais as razões objetivas que levam ao encerramento deste serviço público, porque as autarquias existem exatamente para prestar serviço público, para criar respostas para os problemas das populações e estamos a falar a falar de um ATL, pelo que tenho conhecimento, que não tem problemas ao nível da segurança, da salubridade, da higiene. Julgo que inclusive o problema da matéria-prima, desculpem o termo, das crianças, não se coloca também neste ATL porque tem muitas dezenas de crianças. Objetivamente o que importava saber é o que leva uma autarquia, uma Junta de Freguesia, uma Câmara Municipal, a passar um serviço público que presta com qualidade e com sucesso para um privado cujo negócio, pelo menos daquilo que sei, apresentava algumas dificuldades. E, portanto, objetivamente também gostava de saber de que forma nós vamos assegurar aos pais destas crianças o transporte dos seus filhos e também como é que vamos assegurar que as prestações mensais serão prestações mensais compatíveis com as atuais e também com as dificuldades financeiras que as famílias neste momento atravessam. Portanto, essas questões para nós eram absolutamente importantes, as respostas a estas questões eram importantes para nós percebermos se fará sentido continuar com esta intenção de encerrar o ATL de Outeiro ou se existem todas as condições para manter este ATL, mesmo reforçando, mesmo melhorando alguma coisa que eventualmente esteja mal mas que eu sinceramente desconheço. Senhor Presidente mais uma outra questão para terminar, uma delas tem ver com o estacionamento à superfície. Isto é só uma mera observação, existe já em 2014 alguma jurisprudência que não reconhece à autarquia competência para instaurar processos de contraordenação para sancionar infrações de estacionamento abusivo cometido em zonas de estacionamento de duração limitada e essa jurisprudência atribui essa competência à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. Ora bem, eu não sei se isto é verdade, não sou jurista, nem quero ser, mas parece-me que é sensato, absolutamente sensato que nós suportemos esta nossa prática num parecer jurídico dos pareceres jurídicos da autarquia que suportem a legitimidade desta nossa ação e que suportem a legitimidade da autarquia para instruir e para decidir estes processos de contraordenação. Porquê? Porque se não o fizermos, eu lembro que estaremos sujeitos a um problema seríssimo em termos de ressarcir os municípios daquilo que andamos a cobrar. Isto é um problema seríssimo, extremamente complicado e seria muito difícil para a

autarquia ressarcir, se obrigada judicialmente, os munícipes das coimas que tem aplicado e o tivesse que fazer num prazo relativamente curto. Era uma coisa muito complexa, era uma situação muito embaraçosa e julgo que neste caso é um caso onde se aplica o provérbio “mais vale prevenir do que remediar” e, portanto, seria de todo sensato que nós pedíssemos um parecer jurídico. Eu sei muito bem que um parecer jurídico não faz força de lei, mas digamos que acomodava e confortava aquilo que tem sido a nossa prática nesta matéria, porque efetivamente a jurisprudência pode decidir em sentido diferente do nosso e isto devia-nos preocupar. Gostaria também de saber qual é a intenção do município em relação ao contrato de concessão de estacionamento à superfície que termina brevemente, vamos ter que falar nisso daqui a uns tempos e eu gostaria de saber se a autarquia está disponível, porque é essa a nossa opinião mas obviamente que respeitamos opiniões diferentes desta, e gostaríamos de saber se o estacionamento de superfície passará para a esfera da autarquia ou se aquilo que pretendemos fazer é manter um registo semelhante ao que temos tido, sendo certo que na minha opinião não tem funcionado bem, até porque o parceiro que nós neste momento utilizamos como sabemos, e de acordo com as contas do município, é um mau pagador. Para terminar, mais um aspeto, a Feira dos Onze, passou mais um ano sem que nada fosse feito neste espaço e obviamente que estamos de acordo de que é preciso devolvermos dignidade a este espaço, que é um espaço central, numa área central, onde escasseia os espaços públicos qualificados. O Vereador Isidro Figueiredo dizia em fevereiro de 2013 e vou citar, porque estava confiante, “se tudo correr conforme o planeado e após os serviços analisarem as propostas dos oliveirenses para chegarem a um projeto definitivo, ainda no mês de março a nova Feira poderá começar a renascer”. Sabemos agora que não se estava a referir ao mês de março de 2013, também não se estava a referir ao mês de março de 2014 e, portanto, era importante que ele se estivesse a referir ao mês de março de 2015 ou até mesmo antes do mês de março de 2015. Portanto, objetivamente eu julgo que chega de nós protelarmos este caso, está na altura de nós agirmos, não é um investimento absolutamente inoportável para uma autarquia desta dimensão, é um investimento executável, temos obviamente que definir prioridades. E o próprio Vereador Isidro Figueiredo reconheceu também nesta altura, em fevereiro de 2013, que “este é um largo de referência com enorme valor simbólico na cidade”. A Dra. Gracinda Leal já falou aqui no aniversário da Ludoteca e este largo serve a Ludoteca, uma escola básica, uma creche, um centro de dia de idosos, a Junta de Freguesia e, portanto, nós temos de passar das palavras aos atos, temos de agir e aquilo que eu quero trazer aqui a esta reunião do Executivo é precisamente esta sensibilização no sentido de nós avançarmos o mais rapidamente com isto. Eu sei que o Senhor Presidente disse na altura que era uma questão de disponibilidade financeira, os recursos são escassos, mas devemos se calhar, e poderá contar com o nosso apoio, não tenha dúvidas sobre isso, decidir adiar uma outra questão para avançarmos com esta que nos parece extremamente importante. Só uma informação, Senhor Presidente, estamos em plena época de fogos, temos um concelho com um enorme património florestal que não podemos perder e o que eu queria saber é se estamos preparados para a época de fogos que se avizinha, se a proteção

civil já reuniu, se a operacionalidade dos meios está assegurada, se nós estamos em condições, obviamente que desde que tenhamos um ano com registo normal, para proteger a nossa floresta. Era só, Senhor Presidente. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Bom dia a todos. Queria começar também por cumprimentar a Dra. Inês, também o regresso do Vereador Helder que está numa nova fase da vida e, portanto, dou-lhe os meus parabéns por isso. Fazer só referência a alguns eventos no âmbito do desporto, essencialmente, e que se realizaram recentemente no nosso concelho. Se alguma prova havia necessidade de ter relativamente à capacidade que o nosso mundo associativo, o nosso concelho e as nossas gentes têm para o fenómeno desportivo, mais um fim-de-semana aqui temos para o demonstrar. No fim-de-semana passado fomos a capital nacional do ciclismo onde tivemos o Memorial Bruno Neves, bem como o Troféu Concelhio de Oliveira de Azeméis. A prova para além de equipas portuguesas contou com a presença de três equipas espanholas, que percorreram quase todas as freguesias do concelho, senão todas. Eu tive o prazer de acompanhar a prova desde o início até ao fim, muita gente na rua, muita interação entre a população e os corredores. Tivemos uma interação muito grande entre a Escola Bruno Neves e todo o mundo associativo, toda a gente colaborou de forma voluntária nesta iniciativa, é uma marca simbólica muito importante e gratificante para quem colabora com esta associação. Tenho de alguma forma também reconhecer toda a colaboração dos Bombeiros Voluntários de Fajões, da Força Policial, das pessoas que respeitaram os cortes de estrada. Esta não é uma prova qualquer, não só pelo simbolismo que tem mas mesmo pela capacidade organizativa, pela excelente organização. Depois dizer que estamos perante um panorama incrivelmente favorável no que diz respeito ao futsal e principalmente ao Ossela, que se houvesse mais taças para conquistar e mais campeonatos o teria feito. Eu realçava a subida aos nacionais por parte da equipa feminina, este fim-de-semana teremos a Final Four da Taça Nacional de Futsal, uma honra enorme um clube de Oliveira de Azeméis estar na final da Taça Nacional em Futsal, é de facto surpreendente. Depois também destacar as supertaças conquistadas também pela equipa feminina, depois pelos juniores, iniciados e infantis. É uma data de títulos e conquistas que de facto nos obriga a ter alguma atenção perante esta associação que de facto tem trazido muito sucesso e muitos prémios para Oliveira de Azeméis. Penso que será intenção do Senhor Presidente recebe-los cá condignamente, acho que é de todo merecido. Depois dizer-vos que iniciou na semana passada uma das atividades da juventude mais ambicionadas do ano, a FANZONE, que começou com dinâmica, com concertos, começou com uma área mais de solidariedade, tivemos uma caminhada solidária e também uma mega aluna de zumba. Penso que vamos ter até dia 20 de julho uma praça bastante animada, espero que Portugal, a nossa Seleção Nacional, contribua para isso. Desejo que a Praça da Cidade seja um ponto nevrálgico de toda a emoção e de toda a capacidade de interação entre a nossa sociedade. Depois dizer-vos também que este fim-de-semana vamos ter a V Gala do Desporto, neste caso da Piscina Municipal, é uma gala que mostra o trabalho realizado por todos os nossos jovens durante o ano, todo o ensinamento. É sempre um momento bonito de presenciar. Depois dizer-vos também

que vamos ter a honra de colaborar diretamente na III Gala de Futsal Nacional, que acontecerá deste fim-de-semana a oito dias, é a gala que reúne os melhores nacionais na modalidade, este ano com a particularidade de se realizar o I Meeting Internacional de Futsal, um congresso de especialistas convertendo práticas e teorias, que de alguma forma terá em cima da mesa as dificuldades que a modalidade vem atravessando e também de alguma forma com isso despertar novas energias, novas técnicas de melhoramento, de treinos, portanto será um momento alto. Teremos também um All Stars entre os melhores jogadores nacionais da atualidade, uma seleção do norte e uma seleção do sul, estaremos aqui com todos os melhores jogadores femininos e masculinos da atualidade. Teremos também uma All Stars dos Veteranos, históricos jogadores que já abandonaram a atividade e que vão poder estar em Oliveira de Azeméis curtindo o que é o Futsal em Oliveira de Azeméis. Teremos também a Gala dos Melhores do Ano, onde serão eleitos os melhores jogadores, os melhores treinadores, os melhores dirigentes, o melhor jogador, o melhor marcador, será mais um fim-de-semana cheio de atividade no que diz respeito a esta modalidade, numa cooperação muito estrita com a Federação do Futsal que muito nos honra ser nosso parceiro já em alguns eventos. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: A Senhora Vereadora Ana de Jesus falou relativamente à questão da reabilitação urbana, para dar nota de que está a ser ultimado o regulamento de apoios em termos municipais, portanto, muito brevemente virá a esta reunião de Câmara, onde faremos também uma discussão sobre o assunto, para não ser como disse, e bem, análise casuística, ou seja, estarmos aqui a decidir em termos de casos isolados, tem que ser uma coisa mais concertada e mais abrangente. Estamos se calhar aqui a fazer um compasso de espera do ponto de vista daquilo que são os Fundos Comunitários para a Regeneração Urbana no Quadro Portugal 2020. Procurar ajustar, ainda não há decisão relativamente a essa matéria, como sabem muito se tem dito sobre isso, muito do caminho que tem sido apontado é o da eficiência energética, que depois consegue ter capacete para uma série de coisas mas eu gostava que as coisas fossem mais ao pormenor e em concreto, porque realmente a eficiência energética dá para quase tudo, mas não dá para tudo. Eu acho que esta parte da regeneração e da reabilitação urbana dos espaços públicos, públicos e privados, terá que ser uma matéria muito focada e muito concreta para que não haja dúvidas sobre as candidaturas de privados e dos municípios e dos apoios a conceder. Tomei nota da sua recomendação e brevemente faremos essa discussão. Se calhar a questão do FAM depois deixava para as questões que o Vereador Joaquim Jorge colocou relativamente a essa matéria, mas podemos falar já sobre ela e respondo a si e procurar responder às questões que o Vereador Joaquim Jorge colocou sobre a questão. O que se passa neste momento, é que no dia 28 de maio, o Senhor Ministro Poiares Maduro e o Senhor Secretário de Estado António Leitão Amaro tiveram uma reunião com a Direção da Associação Nacional de Municípios onde fizeram um pré-acordo de um conjunto significativo de matérias. Depois houve um primeiro Conselho Geral onde não se decidiu nada e mandatou-se a Direção da Associação Nacional de Municípios para continuar as conversações com o Governo relativamente ao acordo, porque o acordo é muito mais do que o Fundo de Apoio Municipal, há

uma série de outras coisas que está em cima da mesa, conforme está no documento que eu hoje vos distribui e que recebi ontem da Associação Nacional de Municípios. Percebem que há aí um conjunto de reivindicações dos municípios ao longo dos anos, concordando ou não com eles. São matérias sensíveis e matérias que estão em cima da mesa há muito tempo e o Governo deu sinais de querer fazer um acordo sobre várias matérias, mas colocando aqui uma situação que é não haver acordo a médio/ longo prazo que cometa alguma instabilidade do ponto de vista também legislativo, o não haver acordo punha em causa estas matérias. Que fique claro e isto foi bastante falado também na passada terça-feira e podemos dizer “então estão em fase negocial e o Governo apresenta uma proposta de Lei da Assembleia da República ainda em negociação”, mas tem uma explicação e temos conhecimento do Presidente Manuel Machado e do Conselho Diretivo que foi a seguinte: no processo legislativo no caso de não haver agendamento, e a discussão já foi ontem, aliás o Governo demonstrou essa disponibilidade para melhorar o projeto, o processo legislativo em fase final da sessão é complicado, porque se não houver inscrição dificilmente depois entra em vigor e como sabem o Fundo de Apoio Municipal é para estar em vigor na Lei das Finanças Locais a partir de 01 de janeiro de 2014. Aquilo que o Governo disse à Associação foi “nós vamos meter na Assembleia da República, o processo legislativo está lá, mas não estão fechadas as negociações, vamos continuar a negociar”, agora ainda com mais parceiros, nomeadamente, os Grupos Parlamentares. Não está o processo encerrado. Há vinte e nove municípios, que eu não sei quem são, especula-se muito sobre quem são, eu sei que Oliveira de Azeméis não é, mas há vinte e nove municípios neste momento com sérios riscos de não terem a possibilidade de pagar os salários aos funcionários, portanto significa que não têm receita, não têm fundo disponível, não têm dinheiro, é que não têm dinheiro, mesmo dinheiro, é aquilo a que chamam insolvência, porque não há dinheiro. É preciso haver instrumento de base legal que permita o apoio a estes municípios para eles poderem resolver os problemas. Sabe-se que Aveiro é um deles, Portimão também é um deles, Vila Nova de Poiares, pelo menos os Presidentes de Câmara têm assumido, há outros que tentam esconder o mais possível, mas há questões que são públicas e os próprios Presidentes têm assumido, daí a celeridade de encontrar um mecanismo que permita fazer face a esta situação tremenda e inaudita que é não ter dinheiro para pagar os salários. Alguma pressa tem a ver com isto. Depois dizer-vos o seguinte: o acordo, o correspondente concretamente ao esforço financeiro que nos é pedido, o Município de Oliveira de Azeméis no caso de 70/30 e cinco anos o esforço financeiro de Oliveira de Azeméis são € 457.759,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil setecentos e cinquenta e nove euros); no caso dos 50/50 que é a proposta que a Associação Nacional de Municípios apresentou e que defende, 50/50 por sete anos, o esforço financeiro do Município de Oliveira de Azeméis é de € 233.550,00 (duzentos e trinta e três mil quinhentos e cinquenta euros), ou seja, o esforço financeiro é muito inferior. Dizer-vos também o seguinte: o fundo é um mecanismo tipo banca que permite de forma tranquilo qualquer município a qualquer momento poder recorrer a este fundo. Já houve vários mecanismos que os Governos Socialistas, do PSD e do CDS criaram de apoio às autarquias e

isto foi dito pelo Presidente Manuel Machado na terça-feira, de que há mecanismos que recorreram ao PAEL e que já rebentaram outra vez, o que é um bocadinho inexplicável. Também há municípios que não cumpriram com os pagamentos que tinham que fazer no PAEL e agora têm problemas com o Tribunal de Contas. São curativos, mas não se resolve o problema a nível central, a criação do fundo é um pouco haver um mecanismo estrutural para resolver um problema que acontece ou pode acontecer a cada um dos municípios. Depois coloca-se em causa e eu estou a procurar responder e a dar uma explicação, nem é responder, ao que o Vereador Joaquim Jorge também colocou, que é o mecanismo da solidariedade e a pergunta que se coloca então é: Agora todos os que têm tudo em dia, os que sempre cumpriram vão resolver o problema dos incumpridores, mas isso é aquela velha questão da solidariedade, hoje bate à porta de uns, amanhã pode bater à porta de outros, portanto, é o princípio da solidariedade que está em cima da mesa nestes mecanismos do ponto de vista da resolução destes problemas. Depois há aqui duas alterações importantes e que os municípios têm reclamado bastante. Como sabem a Lei dos Compromissos, até algumas coisas já foram aqui perguntadas, a Lei dos Compromissos é altamente burocrática, eu volto a dizer que é uma Lei interessante do ponto de vista do controle da despesa e ajudou muito a pôr em ordem as contas dos municípios, mas é uma dor de cabeça para quem tem de tomar decisões. Eu já disse publicamente, mais do que uma vez, o que mais me chocou na questão da Lei dos Compromissos foi a Lei dos Compromissos entra em vigor amanhã, não haver um período de adaptação de um mês, dois meses, isto foi tremendo, só nós é que sabemos e a Divisão Financeira passou por um mau bocado e nós aqui em reunião de Câmara também andamos aqui a fazer algumas aprovações, antecipações, para podermos trabalhar, senão estávamos completamente paralisados. Posso dizer que foi também um testemunho e não estou aqui a desvendar nenhum segredo, a Senhora Presidente da Câmara de Portimão, tem uma situação financeira absolutamente desastrosa e por que não tem dinheiro não consegue gerar o fundo disponível, a Lei dos Compromissos ela própria, completamente desesperada, disse na última terça-feira que se não lhe injetarem dinheiro na Câmara nos próximos dias, ela vai fechar a Câmara e vai entregar a chave porque ela não consegue trabalhar. O Tribunal de Contas chumbou o PAEL, portanto, não tem nenhum instrumento, como não tem dinheiro não consegue fazer o fundo disponível, o CFD e, portanto, depois ali já nem é a Lei dos Compromissos e ela estava completamente desesperada e pedia aos autarcas e aos Colegas de Partido para a ajudarem a resolver o problema e dizia “deixem-me ver se há aqui uma injeção de capital nos municípios, nestes que estão mesmo desesperados.” O Senhor Presidente também anunciou que dos vinte e nove podem passar a sessenta no próximo mês se nada for feito. Dos vinte e nove que estão identificados, segundo as contadas da DGAL, pode haver sessenta nas mesmas circunstâncias, também aí dizer que não estamos nessa lista, e ainda bem naturalmente, mas é o tal problema da solidariedade. Estas notas também são importantes pelo seguinte: aquela questão do pessoal, lembram-se que a redução obrigatória do pessoal e aquela coisa da gestão dos Chefes de Divisão, dos Diretores de Departamento ser uma coisa tipo, o Gabinete de Lisboa é que diz quantos chefes de divisão

deve ter Montalegre, Oliveira de Azeméis, Santiago do Cacém e outros. Essa é uma situação que com o PEC das despesas do pessoal, é um problema financeiro mas é um problema operacional, mas o problema financeiro para que as Câmaras não possam fazer mais despesa do que aquela que está legalmente atribuída é a gestão ser feita pelo próprio município sabendo que não pode exceder aquele limite. Portanto, quando se fala nisso não é obrigar àquela redução obrigatória do pessoal, é deixar que essa questão seja feita município a município havendo um teto e não podendo ser ultrapassado. A privatização da água, da não privatização da água para consumo humano, é uma questão um bocadinho ideológica, tem a ver com as privatizações que estão em cima da mesa e o que se fala também relativamente às Águas de Portugal, os municípios decidiram em larga maioria, este documento teve 37 votos a favor e o outro documento só teve sete votos a favor, mas também se decidiu colocar isto para chamar a atenção do Governo relativamente a esta matéria. Quanto à questão do IVA, é uma questão muito sensível, mas era excelente, ou seja, nas refeições escolares e nos transportes escolares não sei dizer qual é o valor, mas na iluminação pública só para dizer que o encaixe é para € 300.000,00 (trezentos mil euros). Esta proposta do IVA foi muito debatida, muito defendida pela Associação dos Autarcas Socialistas. A questão da iluminação pública prende-se com questões de segurança. Isto são normas do Orçamento de Estado. Uma outra coisa que ficou ponto assente foi nos órgãos de gestão regionais os autarcas terem poder de decisão, não é nem vetar, nem decidir, é participar no Órgão de Gestão. Posso dizer aqui que nós mandamos um conjunto de sugestões relativamente à Lei dos Compromissos, a carta que o Senhor Ministro enviou aponta para a aceitação de sete pontos de alteração e o que a Associação Nacional de Municípios tinha pedido eram quinze. Eu acho que uma das questões que às vezes impede a Lei dos Compromissos, tem aqui uma situação que é bastante complicada, que é aquela questão das empreitadas e dos concursos de grandes dimensão, nós temos que mostrar capacidade financeira desde o início, quando vamos fazer despesa durante dois ou três anos. Eu acho um erro termos que mostrar desde o início capacidade financeira para fazer a obra quando ela se vai prolongar no tempo. O Conselho Geral tem todos os políticos representados e tem Câmaras que têm contas absolutamente fantásticas e tem Câmaras que têm contas completamente depauperadas e tem os Presidentes de Câmara que entraram há mais de seis meses e receberam uma herança fabulosa, sentem-se completamente impotentes e depois eles próprios um bocadinho com a corda no pescoço pedem aos outros autarcas ajuda, é um bocadinho este fundo de solidariedade e ter um mecanismo mais estrutura que a gente saiba que a qualquer momento pode recorrer, é tipo um banco que fica ali. A Associação Nacional de Municípios tem os seus órgãos diretivos, tem o conselho geral e tem o congresso, mas nenhum município está obrigado a fazer o que a Associação Nacional de Municípios lhes disserem. Esta é uma matéria que não está fechada e eu assumo o compromisso de dar informações sempre que houver alguma alteração sobre esta matéria. Sobre outras questões que o Senhor vereador Eng.º Joaquim Jorge colocou, houve aqui algumas questões do trânsito, dar-lhe nota de que nós ainda esta semana, fruto daqui alguns ajustamentos internos, reforçamos o sector do trânsito com um novo funcionário e que tem já

um caderno de encargos de coisas que tem que fazer e de contributos que tem que dar. Esta questão do trânsito e da sinalética, nós podemos ter uma visão geral, porque há um levantamento que está feito, nós pedimos também aos Presidentes de Junta para fazerem este levantamento na questão das execuções e, portanto, teremos a radiografia do concelho para podermos fazer uma intervenção que me parece importante, oportuna e necessária. Quanto ao muro de Bustelo e à questão do ser privado ou público, a questão do muro ser mais à frente ou mais atrás, o Senhor Vice-Presidente Ricardo Tavares comprometeu-se na próxima reunião de Câmara a trazer o dossier para consulta e naturalmente discussão. Quanto à denúncia anónima, é a velha questão, eu também tenho esse princípio das denúncias anónimas porque ficamos sempre na dúvida se devemos meter no lixo, meter na gaveta ou se devemos dar seguimento. Eu tenho dado seguimento, porque são princípios que depois quando outras entidades nos visitam e nos fiscalizam dizem que nós não devemos ignorar independentemente de ser anónimo. Nesse caso concreto eu dei imediatamente conhecimento ao Presidente da Junta e enviei diretamente para os serviços, está em agenda visitar o local, mas ainda não sei porque o reporte ainda não me foi feito. Quanto à questão do muro que falou, que vem até numa reportagem interessante no Correio de Azeméis, sobre o roteiro que foi feito, a caminhada que foi feita e vem a fotografia do muro. O que eu lhes posso dizer é que já foi ordenada a demolição do muro, esse trabalho que o Senhor Eng.º Joaquim Jorge falou, foi feita a denúncia, foi feito o levantamento, foram ao local e o Senhor Vereador Ricardo Tavares mandou demolir o muro e, portanto, vamos aguardar que essa ordem seja cumprido e caso não seja temos que acionar outros mecanismos. Ontem mesmo tive uma reunião com serviços internos da Câmara Municipal relativamente às Juntas de Freguesias. O Senhor Vereador Eng.º Joaquim Jorge fez a pergunta e deu a resposta, ou seja, disse que “eu sei que há Juntas de Freguesias que ainda não mandaram”, justiça seja feita que já há Juntas que mandaram e há outras que não mandaram. O que ficou combinado é que para a semana eu vou chamar os Presidentes de Junta outra vez e vou-lhes dizer que precisamos daquele levantamento, que também é importante que seja feito pelas Juntas e nós estamos a fazer aqui o nosso na Câmara Municipal e definir um timing. Eu aí concordo, porque não vamos ter dez, oito ou sete prejudicados por quatro ou cinco estarem atrasados. Mostrar ajuda às Juntas no terreno, se for preciso ir lá às Juntas, trabalhar com eles. Eu sei que eles estão todos a trabalhar isso e eles sabem que estão em falta com a Câmara mas muitos deles não são profissionais, só ao final do dia é que vão às Juntas e, portanto, fica esta nota. Sobre a questão do estacionamento à superfície e a jurisprudência, como sabem esta é uma matéria que não é exclusiva de Oliveira de Azeméis, há muitos municípios com essa situação. Agora parece que é cada vez mais normal haver sentenças contraditórias. Há juízes que dizem uma coisa, outros que dizem outra, um tribunal diz uma coisa, outro tribunal diz outra sobre a mesma matéria. Há também tribunais que têm sentenças contrárias a essas, dizendo que as Câmaras podem fazer. Eu acho que isso é daquelas coisas com que devemos ter cuidado, devemos estar bem suportados, nós e as outras Câmaras, para lutarmos por esta solução. Quanto à Feira dos Onze, é verdade, há um impasse, uma paragem, relativamente à obra que tem a ver com razões de

ordem financeira, outra vez a Lei dos Compromissos, a falta de dinheiro. Vai muito brevemente avançar. Quanto à Proteção Civil, ainda ontem na Câmara Municipal reuniu a Comissão. Nós estivemos ontem a discutir o plano de contingência para temperaturas extremas adversas. Foi uma reunião interessante, para termos um plano e se eventualmente for necessário atuar e temos trabalhado em conjunto com os Bombeiros de Oliveira de Azeméis e de Fajões na questão da prevenção e esperemos que este ano seja um ano melhor do que os outros. Quanto às questões que o Senhor Vereador Pedro Marques falou, só dar-lhe nota que o Ossela, entretanto o Grupo Recreativo e Cultural de Ossela foi campeão numa série de escalões e a direção pediu para deixar acabar a época desportiva porque eles por incrível que pareça ainda têm expectativas para serem campeões em mais coisas e para não andar a ir todas as semanas queremos ir todos juntos e, portanto, quando assim for eu aviso todos os Vereadores. A própria direção também diz que nunca houve uma época desportiva com esta dimensão e ainda no próprio domingo a equipa de seniores feminina assegurou o apuramento para o Campeonato Nacional da I Divisão, ganhando uma equipa no lay-off, era um jogo decisivo, ganharam e, portanto, vão jogar no principal escalão do futsal feminino. Só uma última questão que se prendia com o ATL do Outeiro, a questão que o Senhor Vereador aqui falou, a informação que nós temos e que foi dada na última reunião, o Senhor Vereador Isidro Figueiredo não está cá hoje, mas na próxima reunião ele está, mas as informações que nós temos relativamente a essa matéria é que a Câmara Municipal assegurará todas as condições que estão hoje, portanto, não há aqui prejuízo, nem das crianças, nem dos pais, nem dos funcionários. É a informação que eu tenho, mas o Senhor Vereador melhor do que ninguém, se cá estivesse, fazia esse esclarecimento. Eu sei também que há pessoas presentes na reunião hoje que já se inscreveram para falar sobre esse assunto, a Câmara Municipal mantém a mesma postura de ouvir as pessoas e tentarmos procurar encontrar uma solução. Entenda Senhor Vereador Eng.º Joaquim Jorge que não tenho muito mais para lhe dizer hoje, mas seguramente na próxima reunião abordaremos o assunto por iniciativa nossa ou então no período de antes da ordem do dia. Julgo que respondi a tudo o que me foi colocado. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias cinco e dezoito do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** Retirado. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE REIKI – NÚCLEO DE S. JOÃO DA MADEIRA (I/48506/2014):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A atual conjuntura sócio económica e a elevada taxa de população inativa e desempregada; - Os baixos níveis de autoestima e estados de depressão que essas situações originam, que se repercutem gravemente nas famílias; - A necessidade cada vez maior de se promover iniciativas que visem a melhoria da qualidade de vida, fomentem estilos de vida mais saudáveis, estimulando a promoção individual e familiar e a cultura de valores como a solidariedade, a participação social e o respeito individual; - A missão e atividades desenvolvidas pela Associação Portuguesa de Reiki e a disponibilidade desta para cooperar com o município na implementação de um projeto que visa um aumento do bem-estar pessoal, familiar e coletivo; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; - Os municípios dispõem de atribuições designadamente no domínio da saúde, ação social e promoção do desenvolvimento (alínea g), h) e m) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro (e posteriores retificações), proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Portuguesa de Reiki - Núcleo de São João da Madeira, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea g), h) e m) do n.º2 do art.º 23º e alínea q) do n.º1 do art.º33 do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro (e posteriores retificações).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A AATSM – ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE TERRAS DE SANTA MARIA (I/48565/2014):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que se vai realizar entre o dia 28 de junho e 06 de Julho do ano corrente, a Feira Internacional de Artesanato, na FIL em Lisboa; - O teor do ofício enviado pela AATSM - Associação de Artesão de Terras de Santa Maria; - A importância da participação desta Associação, na FIL, pelas repercussões no desenvolvimento, valorização turística e na economia local e nacional; - As atribuições dos Municípios no domínio do património, cultura e promoção do desenvolvimento (alínea e) e m) do n.º2 do art.º23.º, do Anexo I, da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro); - Que importa assegurar a criação de condições adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; - A

responsabilidade da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis nas competências de preservação dos usos e costumes, na vertente histórica, pedagógica e de divulgação dos valores culturais que se pretendem afirmar e fomentar, proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a "AATSM Associação de Artesão das Terras de Santa Maria", ao abrigo da alínea o), n.º 1 do artigo 33º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, que tem como objeto a colaboração institucional entre os Outorgantes, com vista à participação da Associação, na Feira Internacional de Artesanato, correspondendo ao número de compromisso 2917/2014, conforme estabelece a Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO CONCURSO "CRIAR PARA BRINCAR E JOGAR" – APROVAÇÃO (I/46652/2014):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando que: - O estímulo à imaginação e criatividade das crianças e dos jovens, através da promoção de atividades educativas, é essencial ao seu desenvolvimento; - A realização de projetos de carácter cultural, recreativo ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações, daí lançar-se o desafio de ser criado um jogo ou brinquedo que possa ser utilizado no Centro Lúdico; - Constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da Educação, Tempos Livres e Promoção do Desenvolvimento, proponho: - Que a Câmara Municipal delibere aprovar as "Normas de Participação do Concurso Criar para Brincar e Jogar", documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo do disposto no art.º 2º, e na alínea d), f), g), e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **ALARGAMENTO EXCECIONAL DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO "CHURRASQUEIRA DOS PRAZERES, LDA." – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/48096/2014):** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - Não obstante, dada a urgência na tomada de decisão para o solicitado pela firma e em virtude da impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, no dia

05/06/2014, foi deferido, por meu despacho, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, o alargamento excecional diário do horário de funcionamento do dia 06/06/2014 até às 02:00h do dia seguinte, para o estabelecimento “ Churrasqueira dos Prazeres”, sito na Rua Nº Sra. dos Prazeres - n.º 358 – Nogueira do Cravo. Pelo exposto, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35º do Anexo da citada Lei, submeta-se o despacho referido para ratificação ao órgão executivo, do ato praticado na respetiva data.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ALARGAMENTO TRIENAL DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “CHURRASQUEIRA DOS PRAZERES, LDA.” – APROVAÇÃO (I/48275/2014):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - O presente requerimento refere-se a um pedido de alargamento trienal do horário de funcionamento, do estabelecimento denominado “ Churrasqueira dos Prazeres ” sito na Rua dos Nº Sra. dos Prazeres, n.º 358 – Nogueira do Cravo, a qual tem como atividade principal de churrasqueira e snack-bar, para a prática do horário das 01.00H até às 02.00H, às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados. - O processo encontra-se instruído com a documentação exigida no artigo 13.º do Regulamento de Mapas de Horário, conforme documentação anexa, contudo a GNR, indicou as seguintes condicionantes: - o estabelecimento deve encerrar dentro do horário autorizado; - cumprir as normas de higiene e segurança; - cumprir a lotação do estabelecimento e que haja colaboração com as autoridades policiais, no que diz respeito ao bem-estar dos residentes, à segurança e identificação de possíveis atos criminosos e contraordenacionais de clientes. - Não existe qualquer tipo de denúncia relativamente a ruídos do referido estabelecimento. Pelo exposto, submeta-se a presente situação à Câmara Municipal para decisão do pedido supra-referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANCAS E CONTABILIDADE** =====

===== **ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO À POOL-NET NO SUPORTE À REALIZAÇÃO DA EDIÇÃO DE 2014 DA “SEMANA DOS MOLDES” (I/48666/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: -O pedido de apoio e colaboração da POOL-NET em conjunto com a CEFAMOL e o CENTIMFE À Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis para suporte ao desenvolvimento e realização em Oliveira de Azeméis da “Semana dos Moldes”, (E/15851/2014); - Que se trata de

um dos mais prestigiados eventos inseridos na campanha internacional de promoção da marca “Engineering & Tooling from Portugal”; O Objetivo e a dinâmica organizativa do evento que visa o reforço e a atualização dos conhecimentos dos técnicos dessa indústria, o estabelecimento de novas parcerias e consórcios, assim como o incremento de oportunidades de negócio e de competitividade; Considerando ainda: - O perfil económico do município de Oliveira de Azeméis, em particular a relevância e as características das empresas do concelho que pertencem aos sectores que integram as atividades nucleares e de suporte do Cluster do Engineering & Tooling; - Os projetos de promoção e dinamização empresarial que se tem vindo a desenvolverem com os referidos parceiros desde há vários anos; - O disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho: - Atribuição de um apoio financeiro à POOL-NET no âmbito da organização da “Semana de Moldes” 2014, no montante de 6.150,00, a pagar em Junho 2014 (Compromisso de fundo disponível n.º 2923/2014, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE UL” – AUTO N.º 03 TC (I/48642/2014)**: Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “SINOP – Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas António Moreira dos Santos, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 03 no valor de € 36.586,31 (trinta e seis mil euros quinhentos e oitenta e seis euros e trinta e um cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL HISTÓRICO DO PARQUE DE LA-SALLETTE” – AUTO N.º 08 TC (I/48656/2014)**: Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “SINOP – Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas António Moreira dos Santos, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 08 no valor de € 140.868,92 (cento e quarenta mil oitocentos e sessenta e oito euros e noventa e dois cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. ==

===== **EMPREITADA DE “RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DO CAIMA” – AUTO DE VISTORIA E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO (I/48712/2014)**: Pelo vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/41133/2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação do "Auto de Vistoria Para Liberação da Caução" da obra "Recuperação das

Margens do Caima" - Processo nº 002/2010/GTC. Dada a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro, proponho, ainda, que seja autorizada a liberação da caução nos termos do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OUTROS** =====

===== **SUBSCRIÇÃO DA "CARTA DA GOVERNACÃO A VÁRIOS NÍVEIS NA EUROPA" (I/47247/2014):** *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando que: 1. O Comité das Regiões adotou a Carta da Governacão a Vários Níveis, em 3 de abril de 2014, um manifesto político que estabelece como princípios fundamentais: - desenvolver um processo de elaboracão de políticas transparente, aberto e inclusivo; - promover a participacão e a parceria envolvendo os intervenientes públicos e privados pertinentes ao longo de todo o processo de definicão de políticas, inclusivamente através de ferramentas digitais adequadas, no respeito dos direitos de todos os parceiros institucionais; - promover a eficiência e a coerência das políticas e potenciar as sinergias orçamentais entre todos os níveis de governacão; - respeitar a subsidiariedade e a proporcionalidade no processo de elaboracão das políticas; - assegurar, ao máximo, a defesa dos direitos fundamentais a todos os níveis de governacão. 2. A implementacão e concretizacão da governacão a vários níveis se estabelece através do recurso a soluçoes inovadoras e digitais, promovendo um espírito europeu, a participacão dos cidadãos no ciclo político e a cooperacão estreita com outros poderes públicos; 3. A governacão a vários níveis é reconhecida como um princípio orientador das novas regras da União Europeia para a gestão dos Fundos Estruturais e de Investimento 2014-2020; 4. Todos os órgãos de poder local e regional da União Europeia são convidados a assinar formalmente a carta. Proponho a subscriçao da "Carta da Governacão a vários níveis na Europa". Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – AJUSTE DIRETO REGIME GERAL – "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ESPETÁCULOS DIVERSOS NO ÂMBITO DA FANZONE 2014" – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** *A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Vereador Dr. Ricardo Tavares, datado de 12.06.2014, o qual se passa a transcrever: "No âmbito da competência que me é conferida na qualidade e exercício de funções e poderes de Vice-Presidente, nos termos do despacho datado de 21 de outubro de 2013, publicado em Boletim Municipal e, ao abrigo do disposto no artigo 36º, conjugado com os artigos 114º a 127º, do Código dos Contratos Públicos (CCP): Considerando: - Que, nos termos do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31*

de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que, tendo por base a RQI n.º 886, se torna necessário proceder à contratação de serviços de diversos espetáculos no âmbito da Fanzone 2014 (espetáculo com a atuação do grupo "Mundo Secreto", do grupo "The Lucky Duckies" e do artista "Paulo Gonzo", nos dias 14, 21 e 28 de junho de 2014 respetivamente); - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/628/2014, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€ S/ IVA), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que as diligências efetuadas junto do INA (Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas) e respostas quer verbais, quer por via escrita, de que o serviço em questão não será integrado no âmbito da Portaria n.º 48/2014 e ainda, com base na circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR – 045-2014-SA de 28 de abril, a qual aponta para que, sempre que estejam em causa serviços que requeiram outros meios que não a força e a capacidade de trabalho de um trabalhador, não se aplicará o artigo 24º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, nem, por conseguinte, a Portaria n.º 48/2014, sob pena de prática de atos inúteis e de gestão ineficientes, pelo que não se justifica a consulta ao INA nestes termos; - Que o valor estimado para a celebração do referido contrato é de EUR 38.000,00 (trinta e oito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontrando-se cabimentado na rubrica 02022504, pela Proposta de Cabimento n.º 969; - Que a realização da próxima reunião de câmara é no dia 19 de junho de 2014; - Que, tendo por base o exposto, torna-se imprescindível proceder ao desenvolvimento imediato de procedimento adequado para fazer face às necessidades, devendo este despacho ser remetido para ratificação pelo Órgão Executivo, do ato por mim praticado nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Concordo com o proposto na “Informação de Início de Procedimento” (I/47824/2014). Determino, que se proceda à contratação da necessidade apresentada na RQI n.º 886, por ajuste direto em regime geral, tendo em conta o valor da despesa estimada já referido, em respeito pelo estabelecido na alínea a), do número 1, do artigo 20º, do CCP e, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência. Autorizo a respetiva despesa conforme Proposta de Cabimento n.º 929 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1283. Determino que se proceda, conforme indicação do Serviço Requisitante, ao convite para apresentação de proposta ao seguinte prestador de serviços: Simultâneo de Ideias e Música – Produção de Eventos e Culturais, Lda.. Delego a minha competência para a realização de todas as formalidades procedimentais conducentes à realização desta despesa, na Técnica Superior, Dr.ª Elsa Félix, em respeito pelo estipulado no artigo 109º, do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no número 2, do artigo 69º, do C.C.P, da competência para adjudicação. A

proposta deverá ser analisada pelos elementos dos serviços abaixo mencionados, podendo os mesmos convidar o prestador de serviços a melhorar a sua proposta: 1º Elemento – Técnica Superior, DR.ª ELSA SUSANA DA COSTA FÉLIX; 2º Elemento – Técnico Superior, DR. MÁRIO PEDRO SILVA CARVALHO SAAVEDRA; 3º Elemento – Assistente Operacional, LUÍS MIGUEL DA SILVA TAVARES; 1ª Suplente – Assistente Técnica, SANDRA RAQUEL GONÇALVES FERNANDES; 2ª Suplente – Assistente Técnica, DR.ª CATARINA TEIXEIRA PINHO; 3ª Suplente – Técnico Superior, DR. ALDO LUÍS LA-SALETTE SILVA SOUSA.”=====

===== **DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – AJUSTE DIRETO REGIME GERAL – “PRESTACÃO DE SERVIÇOS MEO SAT – FANZONE/MUNDIAL DE FUTEBOL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Vereador Dr. Ricardo Tavares, datado de 12.06.2014, o qual se passa a transcrever: “No âmbito da competência que me é conferida na qualidade e exercício de funções e poderes de Vice-Presidente, nos termos do despacho datado de 21 de outubro de 2013, publicado em Boletim Municipal e, ao abrigo do disposto no artigo 36º, conjugado com os artigos 114º a 127º, do Código dos Contratos Públicos (CCP): Considerando: - Que, nos termos do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que, tendo por base a RQI n.º 887, se torna necessário proceder à contratação de serviços de MEO SAT – FANZONE/ FUTEBOL; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/628/2014, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que as diligências efetuadas junto do INA (Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas) e respostas quer verbais, quer por via escrita, de que o serviço em questão não será integrado no âmbito da Portaria n.º 48/2014 e ainda, com base na circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR – 045-2014-SA de 28 de abril, a qual aponta para que, sempre que estejam em causa serviços que requeiram outros meios que não a força e a capacidade de trabalho de um trabalhador, não se aplicará o artigo 24º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, nem, por conseguinte, a Portaria n.º 48/2014, sob pena de prática de atos inúteis e de gestão ineficientes, pelo que não se justifica a consulta ao INA nestes termos; - Que a realização da próxima reunião de câmara é no dia 19 de junho de 2014; - Que, tendo por base o exposto, torna-se imprescindível proceder ao desenvolvimento imediato de procedimento adequado para fazer face às necessidades, devendo este despacho ser remetido para ratificação pelo Órgão Executivo, do ato por mim praticado nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Determino, por ser necessário o serviço Satélite para o Mundial de Futebol – FANZONE, que se proceda à contratação da necessidade apresentada na PAQ n.º

349,59 (trezentos e quarenta e nove euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, em respeito pelo estabelecido na alínea a), do número 1, do artigo 20.º, do C.C.P. e, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência. Autorizo a respetiva despesa conforme Proposta de Cabimento n.º 974 e Enquadramento Financeiro n.º 1281/2014. Determino, nos termos do artigo 112º, do C.C.P., que se proceda ao convite para apresentação de proposta à firma: - PT COMUNICAÇÕES, SA. Delego a minha competência para a realização de todas as formalidades procedimentais conducentes à realização desta despesa, na Técnica Superior, Dr.ª Elsa Félix, e restantes diligências administrativas e processuais no gestor do processo, Aldo Sousa – Técnico Superior em respeito pelo estipulado no artigo 109º, do C.C.P., com exceção da competência para adjudicação, de acordo com o previsto no número 2 do artigo 69.º do CCP.”

===== **EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL PARA DIVERSAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS (I/48533/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 - Nos termos do n.º 4 e 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2014- LOE 2014), carecem de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços; 2 - Nos termos do n.º 5, do artigo 73.º da LOE 2014, o parecer prévio vinculativo depende de: a) Verificação do disposto no n.º 4, do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e respetivas alterações, e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa. Considerando as diligências efetuadas junto do INA (Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas) e respostas quer verbais, quer por via escrita, de que os serviços em questão não serão integrados no âmbito da Portaria 48/2014 e ainda, com base na circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR – 045-2014-SA de 28 de abril, a qual aponta para que, sempre que estejam em causa serviços que requeiram outros meios que não a força e a capacidade de trabalho de um trabalhador, não se aplicará o artigo 24º da Lei nº 80/2013, de 28 de novembro, nem, por conseguinte, a Portaria 48/2014, sob pena de prática de atos inúteis e de gestão ineficientes, pelo que não se justifica a consulta ao INA nestes termos. b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; c) A não aplicabilidade do nº 1 do artigo 73.º, atendendo à inexistência de base legal, por força da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral do artigo 33.º, conforme informação jurídica nº I/47424/2014; d) Que se tratam da execução de trabalhos não subordinados, para os quais se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; 3 - Neste contexto, os competentes serviços municipais reuniram a informação relativa às aquisições de serviços, organizada na lista que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas, que não se encontram abrangidas na Deliberação de 09/01/2014 (I/628/2014), relativa ao Pedido de Parecer Prévio favorável

Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos, designadamente no que respeita aos valores dos contratos, objetos e/ou prazos de execução dos serviços, pelo que necessitam da respetiva autorização/parecer prévio favorável, tendo sido verificados e devidamente justificados os requisitos enunciados no ponto 2. Submete-se ao Órgão Executivo a emissão de parecer prévio vinculativo favorável para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 11, do artigo 73.º da LOE 2014, relativamente aos contratos de prestação/aquisição de serviços constantes da referida lista anexa à presente proposta, cujos requisitos se encontram verificados e devidamente justificados, com convite à (s) entidade (s) que reúnem os requisitos, habilitações e aptidão técnica para satisfação das necessidades, de acordo com a aprovação do órgão/entidade com competência para autorização da despesa e decisão de contratar.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

REUNIÃO PÚBLICA MENSAL – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

===== Pelo Senhor Presidente foi declarado aberto o período de intervenção do público, tendo usado da palavra a munícipe Sandra Cristina Mendes, residente nesta cidade, que fez a seguinte intervenção: A minha intervenção prende-se com o fecho do ATL do Outeiro, o qual a minha filha frequenta. No dia 03 de junho o Presidente da União das Freguesias, Senhor Carlos Silva, convocou uma reunião com os pais para informar que estava em causa a continuidade das crianças no ATL para o próximo ano letivo. Eu vou citar grande parte da introdução que ele fez, porque eu creio que será esclarecedora para os presentes daquilo que foi evocado como razão para o fecho. Ele informa que tinha sido informado pelo ATL/ Infantário “O Pinto”, estamos a falar de uma entidade privada e no qual ele tem a filha, a dar-lhe a saber que estavam com dificuldades em se manterem em abertos por falta de crianças e que eventualmente teriam de encerrar esse infantário. Na altura, o Senhor Carlos Silva confessou que não achou aquela proposta viável e não lhe deu relevância até porque estava previsto a construção do Centro Escolar Ferreira de Castro e, portanto, eventualmente não se colocaria a possibilidade daquela proposta que foi apresentada pelo infantário “O Pinto”. Mais tarde ele repensou essa proposta devido a uma razão interna que ele explicou, que tem a ver com o facto de terem algumas funcionárias, vou citá-lo “com contratos ilegais de um ano, renováveis, mas que nunca se efetivaram”. E quando tomou posse deparou-se com esta irregularidade e estando perfeitamente ciente da gravidade diz que não pode continuar conivente, pelo que teria que chegar ao final do ano e dispensá-las, logo o ATL não teria condições de se manter a funcionar, porque ao dispensar quatro funcionárias ficariam apenas duas funcionárias para oitenta crianças, não seria possível manter o ATL aberto. E foi essa a principal justificação que nos deu para encerrar o ATL. Logo de seguida apresentou a proposta que recebeu do Infantário “O Pinto” como uma eventual solução, que seria a transição das crianças para esse infantário. Mas esta transição de oitenta crianças, esta alteração da vida delas foi-nos apresentada mas digamos que

eu não entendi, era muita promessa, eventualmente será assim, mas na prática não vi grande possibilidade de levar até ao fim aquilo com que se estava a comprometer com os pais. Obviamente que essa transição para o infantário implicaria depois o uso de transporte e o Infantário “O Pinto” não tem autocarro para oitenta crianças e para mais cerca de vinte que tem neste momento e, portanto, iria solicitar à Câmara esse apoio. Relativamente às mensalidades, ele também deu a explicação de que existe uma comparticipação da DREN que ronda cerca de € 120/ crianças, que é entregue à Câmara e que depois é entregue à Junta, portanto, que essa colaboração continuaria a acontecer no privado, pelo que o valor que os pais pagam agora seria o mesmo e a comparticipação do Estado iria equilibrar as mensalidades com as crianças que já lá frequentam. Alguns pais estão muito preocupados, porque se aquilo que é uma entidade pública fecha a porta e nós começamos a ter as crianças num privado também estaremos dependentes das decisões de um privado e daqui por um mês pode a Administração decidir que não é viável, ou daqui por um ano que não é viável manter tantas crianças, ou que não dá as receitas que se calhar estava expectante e depois poderá se calhar dispensar crianças. E o que é que acontece depois? Nós não temos alternativa, se não temos o ATL público não há alternativa. Eu dou um exemplo concreto, pessoal, a minha filha frequentava a pré-escola no CAF Pinto de Carvalho e era aluna da instituição e no entanto eu recebi uma carta no final da pré-escola a informar-me que a minha filha que frequentava a instituição não tinha vaga no ATL e assim eu fui inscreve-la no ATL público do Outeiro. O que é que vai acontecer daqui por algum tempo se eventualmente esta experiência, tudo passará também, se eventualmente acontecer esta transição, por uma experiência, andam aqui as crianças a serem objeto de movimentação e os pais de grande preocupação, porque isto interfere muito com a vida dos pais. É preciso entender que quando escolhemos uma escola para os nossos filhos e procuramos o complemento para apoio dessas horas fora do estabelecimento escolar é para os quatro anos, por exemplo, primária. Não me parece correto, nem justo, que se há uma questão administrativa, parece-me administrativa porque o problema prende-se com uma situação de funcionárias, que sejam os pais a solução para uma coisa que não me parece correta e não vejo moralidade alguma até de alguém que foi eleito pela população para representar aquilo que é um direito de um bem público, sacudir a água do capote desta forma e dizer aos pais “vocês até têm mais a ganhar se forem para aquele ATL”. Não é bem assim. Eu gostaria, se eventualmente esta parceria acontecer, de saber se de facto isto passa das boas intenções para o papel, em que termos será feito esse protocolo, porque é preciso assegurar o transporte ano após ano, é preciso assegurar que de facto as mensalidades não vão sofrer uma inflação ao final de um ano, porque nada garante que esse infantário tenha continuidade, é um privado e pode decidir a qualquer momento encerrar portas e entretanto nós já dispensamos aquilo que era um serviço público. E depois qual é a alternativa que resta aos pais? É mudar de escola, de cidade porque acabamos por não encontrar aqui a defesa daqueles que são direitos, no meu entender. Eu sei que o Dr. Isidro não está presente, de qualquer forma eu acho que é muito pertinente colocar estas questões, porque também dará a oportunidade de ele se preparar para uma resposta.

Também foi falado que teríamos eventualmente uma reunião entre o Infantário “O Pinto”, o Senhor Carlos e novamente os pais, mas até ao momento ainda não foi agendada. De qualquer forma, logo no dia a seguir a ter sido informada disto, deixei um requerimento no ATL que a minha filha frequenta, endereçado ao Senhor Carlos Silva, a solicitar que desse uma simulação dos valores que eu iria pagar no próximo ano letivo, porque neste momento estou a usufruir de um escalão. É uma situação temporária porque o meu marido esteve desempregado durante algum tempo e eu tive a possibilidade de ter um escalão, portanto estou a pagar uma mensalidade reduzida, mas o meu marido já está no ativo, não vou voltar a precisar desse escalão e não sei qual é que será o valor agora tabelado que iria pagar e dado que depois se passar para um privado eu fico à mercê daquilo que será a tabela do privado e eu queria uma garantia e que de certa forma me colocassem por escrito aquilo que dizem. Se de facto não vai haver alteração das mensalidades que me responsam, mas não obtive resposta até ao momento também. Eu agradeço a vossa atenção. Muito obrigado. O Senhor Presidente disse: Muito obrigado pelos contributos e vamos aguardar pelo desfecho desta situação e será dada informação relativamente às questões que colocou, às dúvidas que tem. O que nós queremos é o bem das nossas crianças e que corra tudo bem na prestação de um serviço com qualidade. A Câmara registou. =====

===== Para terminar a reunião o Senhor Presidente disse: Não havendo mais nenhum assunto a tratar, Senhora Dra. Inês Lamego espero que tenha gostado de participar na reunião da Câmara Municipal, foi a sua estreia e logo numa reunião pública. Seja bem-vinda e será sempre bem-vinda como os Senhores Vereadores. Muito obrigado a todos. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====*